

Evitar a propagação da inadimplência

No banho frio, sente-se um leve toque na torneira de água quente. Ainda com muita cautela, as autoridades monetárias fizeram com que a taxa de juro caísse ligeiramente na semana passada, a segunda redução no espaço de quinze dias. Nos últimos trinta dias, o real foi desvalorizado 1,5% em relação ao dólar. E saíram as novas regras aumentando de três para seis meses o prazo de financiamento para aquisição de automóveis, voltando à ser permitidos os lances em consórcios. Se isso não chega nem de longe a reverter o quadro, pode ser tido como uma sinalização.

O que mais se teme na condução dos negócios é o efeito da inadimplência na sociedade. A renegociação de dívidas de pessoas físicas junto aos credores, os controles sensivelmente mais rígidos no recebimento de cheques pré-datados, a revisão dos limites na concessão de cheques especiais, cartões de crédito, etc. tornaram-se rotineiros. A inadimplência, contudo, impregnou as empresas muito mais depressa do que se imaginaria. Os balanços semestrais dos bancos que vêm sendo divulgados mostraram crescimento de 500% no valor real dos créditos de liquidação duvidosa, um dado gritante, mas também chega a causar espanto o fato de que, como informou a este jornal o presidente do Bradesco, Lázaro de Mello Brandão, 70% dos clientes inadimplentes daquela importante instituição de crédito, tão ativa no varejo, são pessoas jurídicas.

Sempre geram apreensão no mercado os pedidos de concordatas de empresas de grande porte, seja em âmbito regional, seja em âmbito nacional, como a Mesbla, a segunda maior empresa do País no setor de lojas de departamentos e magazines, de acordo com a revista Balanço Anual. Independentemente de questões administrativas internas, vê-se quanto pode ser pesado o ônus que recai nesta fase sobre as empresas mais ligadas ao mercado interno, obrigadas, em meio à desaceleração da demanda, a fazer a adaptação de um ambiente altamente inflacionário para uma relativa estabilização. Estão igualmente à vista as repercussões sobre as pequenas e médias empresas.

Uma única concordata de uma empresa de grande porte na ponta do consumo pode gerar dificuldades de liquidez, ainda mais graves do que as habituais, para fornecedores de todo o País, entre os quais milhares de micro e pequenas empresas existentes no País. Mas a dimensão do problema é muito maior. Já se pode fazer uma idéia mais precisa do efeito cumulativo perverso das dificuldades originadas pelos juros elevadíssimos sobre o emprego e a capacidade de oferta de bens. Não há ainda um desemprego explosivo, mas ele está aumentando e se acentuam as dúvidas quanto à contribuição que a atual política poderá dar para o combate à inflação. Quando o País voltar a crescer, haverá oferta interna suficiente de produtos agrícolas e industriais?

Esta parece ser uma questão não muito nítida

neste momento, vindo o País de uma taxa de crescimento de 10% ainda no início deste ano. Mas são muitos os empresários que compreendem muito bem hoje o sentido de outra pergunta: em que proporção a produção para exportar, essencial para a tão aguardada regularização da conta de comércio, será afetada pela retração neste período?

É previsível que, com os investimentos de grande vulto que o País está atraindo, possa haver uma retomada segura, com a revitalização do mercado interno e impulso às exportações. Mas será necessário bastante tempo para os investimentos maturarem e há gargalos criados nessa fase de transição que exigem uma saída que não pode ser indefinidamente colocada à frente.

Existem, por exemplo, mais de 180 mil veículos nos pátios das grandes montadoras do País, e o recurso de dar férias coletivas aos trabalhadores está praticamente esgotado. E ninguém nutre ilusões de que o aumento de prazo para seis meses nos financiamentos de automóveis – a indústria reivindicava 24 meses – terá o condão de dar dinamismo a um mercado que, de repente, estagnou.

O governo está agindo com o cuidado de evitar que os sacrifícios feitos pela sociedade para o combate à inflação se percam e procura consolidar a posição cambial hoje detida pelo País. Mas não pode deixar de estar atento à realidade social, procurando corrigir às distorções à medida que a conjuntura as apresentar.